

# Saúde para a Baixada

*Maria Emília Amaral \**

**S**em uma política de saúde que contemple a carente Baixada Fluminense, não haverá solução para o caos da saúde pública no Estado do Rio de Janeiro. São cinco milhões de habitantes concentrados na região, que dispõe de apenas um hospital geral superlotado e semidestruído, com número insuficiente de médicos, onde o expediente de *remover* os pacientes graves para O Hospital Souza Aguiar, no centro da cidade, se transformou na única possibilidade de evitar a omissão de socorro. Não é preciso dizer que o incremento de demanda tem comprometido seriamente a qualidade do ato médico no Souza Aguiar, único hospital público do estado e da Cidade do Rio de Janeiro, que possui tomógrafo computadorizado, aparelho indispensável para o diagnóstico das complicações do traumatismo craniano.

Desde sua inauguração, há oito anos, o Hospital da Posse nunca teve um neurocirurgião, apesar de localizado à beira da Via Dutra e de receber as vítimas de acidentes de trânsito tão frequentes naquela rodovia. Tomógrafo computadorizado, então, nem pensar. E nem é preciso ser médico para saber como os minutos são preciosos, quando se trata de salvar uma vida em risco. As ambulâncias percorrem algumas vezes mais de 100km para estacionar na fila do centro cirúrgico do Souza Aguiar.

O atendimento primário, que, a partir de 1988 e até meados de 1989, era executado pelos 14 postos médicos sanitários instalados em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, está praticamente desativado, após a extinção do Pesb (Programa Especial de Saúde da Baixada Fluminense) pelo governo do estado. Foi condenado à morte um dos melhores projetos de assistência médica já formulados no país, pela municipalização sem critérios, que repassou os postos de saúde para as prefeituras sem a contrapartida dos recursos necessários para a manutenção do programa. O Pesb previa, além do investimento em ambulatórios, a construção de três hospitais gerais na região, o que permitiria evitar deslocamentos perigosos, que transformam muitas vezes doenças tratáveis em óbitos inevitáveis. A ampliação da rede pública ambulatorial por outro lado tornaria possível a solução da maioria absoluta dos problemas de saúde por médicos generalistas lotados em unidades próximas aos bairros carentes.

A falta de vontade política e a partidarição na saúde pública têm permitido a proliferação das chamadas "trambi-clínicas" na Baixada Fluminense, que de há muito ocupam o lugar do poder público na prestação de serviços. Não têm sido poucas as denúncias, autuações e mesmo interdições feitas pelo Conselho Regional de Me-

dicina contra casas de saúde conveniadas pelo Inamps, cujos proprietários inescrupulosos fraudam de diversas maneiras os seguros da Previdência. Seja pelas péssimas condições de higiene dos estabelecimentos, pela superlotação de pacientes sem assistência médica ou pelo superfaturamento envolvendo próteses cirúrgicas e medicamentos efetivamente não utilizados. Tudo isso com o aval do governo, que, ao abrir mão da responsabilidade exigida pela Constituição de promover a saúde e o bem público, permite que aproveitadores enriqueçam ilícitamente à custa da doença da população carente.

À população da Baixada tudo tem sido negado. Cidadania é uma palavra que chega por lá, somente quando as promessas eleitorais transformam as valas negras, e a falta de hospitais e escolas, em matéria essencial para a conquista de votos.

A sugestão do secretário estadual de Justiça, Dr. Nilo Batista, ao governador Leonel Brizola, de que, a exemplo de sua secretaria, seus colegas da Saúde e da Educação também concentrem trabalho na Baixada Fluminense, é mais do que definição de prioridade administrativa. Permite resgatar parte do compromisso público com a dignidade humana, tão vilipendiada naquela região do Estado do Rio de Janeiro.

\* Médica, presidente da Comissão de Ética do Hospital Souza Aguiar